

# COOPERANDO

Boletim Informativo da Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores



ORGANIZACIÓN LATINOAMERICANA Y DEL CARIBE  
DE ENTIDADES FISCALIZADORAS SUPERIORES

Edição No. 31 | Janeiro - Março 2019 | Lima, Peru



## EDITORIAL

O Boletim Cooperando constitui um espaço de conhecimento, intercâmbio e reflexão dos avanços e ações das EFS membros da OLACEFS, que com as suas contribuições a compõem e produzem.

A Presidência da OLACEFS, exercida por a Controladoria Geral da República do Peru, convida aos leitores a compartilhar a informação de Cooperando, sendo todos promotores de nossa prezada Organização.

Nelson Shack Yalta  
Presidente da OLACEFS

# COOPERANDO

Boletim Informativo da Organização Latino-Americana e  
do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores

|                                 |           |
|---------------------------------|-----------|
| <b>Editorial</b>                | <b>1</b>  |
| <b>Notícias OLACEFS</b>         | <b>3</b>  |
| <b>Cooperação Internacional</b> | <b>22</b> |
| <b>Novedades INTOSAI</b>        | <b>25</b> |
| <b>Secção Especial</b>          | <b>27</b> |
| <b>Agenda</b>                   | <b>34</b> |

## Controladoria Geral da República do Peru assume a Presidência da OLACEFS em Cerimônia de Transferência



OLACEFS

3

No dia 23 de janeiro deste ano, o Ato de Transferência da Presidência da OLACEFS (Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores) foi realizado por parte da Auditoria Superior da Federação de México à Controladoria da República do Peru para o período 2019-2021, na Cidade de México, México.

Neste ato solene participaram, além da Controlador Geral da República do Peru, o Economista Nelson Eduardo Shack Yalta, e o Auditor Superior da Federação do México, Lic. David Rogelio Colmenares Páramo; o Controlador Geral da República do Chile, Sr. Jorge Bermúdez Soto, na sua qualidade de Secretário Executivo da Organização Regional; a Presidenta do Tribunal de Contas da República de El Salvador, Sra. Carmen Elena Rivas Landaverde e o Presidente da Câmara de Contas da República Dominicana, Licenciado Hugo Francisco Álvarez Pérez. As autoridades estiveram acompanhadas de suas respectivas equipes técnicas.

Durante a posse da presidência entrante, o Controlador Nelson Shack comprometeu-se a executar 23 atividades em total, enquadradas em 11 projetos, durante o ano 2019, em benefício da organização regional. Além disso, ele manifestou sua abertura no desenvolvimento de outras iniciativas que possam ser apresentadas pelas EFS (Entidades Fiscalizadoras Superiores) membros da OLACEFS. Finalmente, propôs a criação de Grupos de Trabalho relacionados a desastres naturais e casos de corrupção transnacional.

## Processo de Informatização na Controladoria Geral da República de Cuba



4

Com uma frequência quinzenal, em coordenação com a televisão cubana, num espaço de grande audiência e por ocasião do seu 10º aniversário, a CGR se apresenta com os seus diretores, fiscais e auditores para dar a conhecer as linhas fundamentais do seu labor e prestar contas do seu trabalho à cidadania. Neste contexto, a Controladora-Chefe da Direção de Tecnologia da Informação e Comunicações, Ana Silvia Valladares Arenas, e a Auditora Supervisora Yiliam Caballero Hernández, fizeram uma ampla apresentação sobre a implementação da Política Integral para a Melhoria da Informatização da Sociedade Cubana.

Eles salientaram que a Estratégia de Informatização da CGR foi aprovada até o ano 2021, com base num diagnóstico que incluiu a experiência e os resultados obtidos durante este processo que está alinhado a seus objetivos gerais integrando a Estratégia de Comunicação, infraestrutura tecnológica, formação do pessoal e a Cibersegurança.

Para esse efeito, foi criado o Comité para a Informatização com representantes de unidades organizativas que têm uma alta responsabilidade na informatização dos processos próprios do trabalho da entidade fiscalizadora, o que por sua vez gere a Estratégia de Informatização, promovendo a seu aperfeiçoamento para avançar para a melhora continua de seus portais digitais, incluindo as boas práticas sugeridas pela Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (OLACEFS), em quanto aos conteúdos que são publicados.

## Efetuu-se balanço do ano 2018 na Controladoria Geral da República de Cuba

Com a presença e participação ativa do Presidente dos Conselhos de Estado e dos Ministros da República de Cuba, Miguel Díaz Canel Bermúdez, e dos chefes das unidades centrais de auditorias e convidados de diversos organismos centrais do Estado, efetuou-se o balanço, caracterizado por profundos intercâmbios de experiências e reflexões críticas sobre o que foi feito e avaliações da ação correspondente aos desafios a enfrentar.



No decurso das análises, a Controladora Geral, Gladys María Bejerano Portela, ponderou que “não é possível fazer uma auditoria em segredo”, porque o mais importante é a interação com as pessoas e alcançar um saldo educativo ao refletir sobre as investigações realizadas com a intenção de avaliar as causas e consequências como um todo, além da exposição objetiva dos fatos. As palavras de José Martí do que “em prever é toda a arte de salvar”, continuarão a incentivar os trabalhos da Controladoria, estimulada ainda mais no 10º Aniversário de sua criação.

As intervenções no balanço foram enfáticas em questões como a necessidade de continuar a apoiar a formação de auditores através de cursos de especialização e qualificação, continuar a acolher novos membros universitários recentes graduados nos grupos de auditores, de forma a facilitar a sua inserção, para o que eles contribuem significativamente. Foi reconhecida sua participação na recente edição XIII da Comprovação Nacional ao Controle Interno, na qual professores e estudantes de diversas especialidades foram incluídos.

Ao finalizar o Balanço, o Presidente da República congratulou à Controladoria Geral e ao Sistema Nacional de Auditoria do país, sublinhando a confiança que a direção do Governo e o Estado deposita nos seus membros para continuarem a atuar em prol de uma administração pública cada vez mais eficaz, eficiente e proba.

Os meios de comunicação, a imprensa escrita e a televisão cubana fizeram referência a esta atividade, oferecendo uma ampla informação ao povo.

## EFS de Costa Rica construye un índice de cumplimiento de disposiciones y recomendaciones de informes de auditoría

A EFS de Costa Rica construiu um “Índice Institucional de Conformidade com Disposições e Recomendações” (IDR), com o fim de medir nos fiscalizados a eficácia (porcentagem de avanço no cumprimento das disposições), a eficiência (atenção ao disposto no prazo prévio previsto) e a gestão (observância da regulamentação aplicável ao processo de cumprimento de disposições). Além disso, para os propósitos de apresentação dos resultados, conformaram-se quatro grupos de instituições (classificados como A, B, C, D) conforme a nível de complexidade.

O primer IDR, publicado no 2018, apresenta um ranking do avance de cumprimento do disposto pela CGR no período 2016-2017, para um total de 173 instituições. A partir dos resultados, determinou-se uma qualificação média de 74 pontos, em escala de 1 a 100.

Este instrumento permite adotar medidas para a continuidade e melhora das ações executadas satisfatoriamente, empreender estratégias para concretar os efeitos esperados produto das auditorias executadas e instaurar melhores práticas, a partir de comparações com entidades melhor qualificadas e com realidades similares, mediante a transferência de aprendizagens.

Finalmente, os distintos atores sociais recebem um insumo importante para ativar mecanismos de prestação de contas e de controle cidadão e político, e impulsar iniciativas para a adoção de melhoras dirigidas a uma maior geração de valor público. orientadas a una mayor generación de valor público.

6

## Entidade Fiscalizadora do Peru transfere presidência do CEDEIR ao Presidente do Tribunal de Contas de El Salvador

A Presidente do Tribunal de Contas da República de El Salvador, Licenciada Carmen Elena Rivas Landaverde, recebeu do Controlador Geral do Peru, Economista Nelson Shack Yalta, a Presidência da Comissão de Avaliação de Desempenho e Indicadores de Rendimento (CEDEIR), período 2019-2021, em cerimônia oficial de assinatura do Ata de Transferência, que foi realizada no 13 de fevereiro neste ano Lima, Peru.

No ato protocolar, os dirigentes de ambas instituições expressaram suas intenções de continuar fazendo um trabalho conjunto em prol da gestão do conhecimento dentro da Organização Regional, em temas relacionados com a avaliação de desempenho e gestão estratégica e seu controle.

Em 29 de agosto de 2018, a Entidade Salvadorenha Fiscalizadora foi eleita por unanimidade pelos membros do CEDEIR: as EFS do Peru, Brasil, Chile, El Salvador, República Dominicana e Uruguai, para presidir esta Comissão durante no período 2019-2021, iniciando o mandato em 1º de janeiro deste ano.



## CCR comemora o 79º aniversário e relança a App “Denúncia Cidadã”

O Órgão do Direção e Servidores do Tribunal de Contas da República comemoram, em janeiro, 79 anos de existência jurídica e institucional. Nesta data especial, a Presidente desta Entidade Fiscalizadora, Licenciada Carmen Elena Rivas Landaverde, a Primeira Magistrada, Licenciada María del Carmen Martínez Barahona; o Segundo Magistrado, Licenciado Roberto Antonio Anzora Quiroz, destacaram o trabalho que esta instituição vem desenvolvendo há anos e fizeram diversas lembranças; também, motivaram o pessoal a continuar trabalhando em equipe e desempenhando suas funções de forma diligente, sem perder de vista os princípios e valores, a missão, a visão e o papel constitucional do Tribunal de Contas.

Ao mesmo tempo, os funcionários reafirmaram seu compromisso de continuar trabalhando para fortalecer os mecanismos de fiscalização e modernizar os processos de Auditoria e Julgamento de Contas, assim como as demais áreas do Tribunal de Contas.

A data comemorativa serviu de plataforma para o relançamento da aplicação móvel “Denúncia Cidadã”, disponível para o sistema operativo Android, de maneira gratuita. Através desta aplicação, os usuários poderão denunciar irregularidades observadas na administração dos fundos e recursos do Estado.

La App tem informação do processo de denúncia, opções para realizá-las, opção para consultas, entre outros. Com este aplicativo móvel, desenvolvido pôr o talento humano institucional, o CCR reafirma uma vez mais seu compromisso de combater a corrupção e defender os recursos do Estado.



## Presidente Carmen Elena Rivas Landaverde inaugura Curso Avançado do Enquadre de Medição de Desempenho das EFS



A Presidente do Tribunal do Contas da República, Licenciada Carmen Elena Rivas Landaverde, na qualidade de Presidente da Comissão de Avaliação de Desempenho e Indicadores de Rendimento (CEDEIR), inaugurou o Curso Avançado sobre o Enquadre de Avaliação de Desempenho das Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS), organizado pela Controladoria Geral da República do Peru, em coordenação com a Iniciativa para o Desenvolvimento da INTOSAI (IDI), realizado de 12 a 14 de fevereiro na cidade de Lima, Peru.

Durante o seu primer discurso como Presidente da CEDEIR, a Licenciada Rivas Landaverde reafirmou o compromisso de impulsar projetos para fortalecer as boas práticas y a qualidade nos processos substantivos de fiscalização, promovendo a transparência na rendição de contas.

“A través da normativa internacional da metodologia do Enquadre de Avaliação de Desempenho, o conhecimento é gerenciado para o Desenvolvimento contínuo das EFS”, enfatizou a funcionária.

Nesta ocasião, juntamente com os facilitadores do Curso, consultores internacionais e funcionários das EFS de Belize, Bolívia, Chile, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Paraguai, Peru, República Dominicana, Butão, Tunísia e Malawi, compartilharam e promoveram diferentes experiências.

## Tribunal de Contas de El Salvador entrega à Presidência da República a “Guia para a transferência de administração em entidades do governo central e autônomas”

A Presidente do Tribunal do Contas da República, Licenciada Carmen Elena Rivas Landaverde, entregou ao Presidente da República do El Salvador, Professor Salvador Sánchez Cerén, a “Guia para a Transferência de Administração em Entidades do Governo Central e Autônomas”.



La Licenciada Rivas Landaverde, comunicou o compromisso do Órgão Superior de Controle dos recursos públicos de realizar seu labor

institucional neste processo de transição, conforme a solicitude, de acordo com o estabelecido no artigo 4 da Lei da Tribunal de Contas da República: “É competência do Tribunal, o controle externo posterior da gestão pública. O Tribunal poderá atuar de forma preventiva, a requerimento do órgão fiscalizador, do superior hierárquico deste o de ofício quando o considere necessário”.

O Tribunal de Contas fornecerá acompanhamento semelhante ao fornecido às municipalidades, sem prejuízo das auditorias que correspondam legalmente. De acordo com suas competências, a CCR delegará a suas equipes de auditores quem, com independência, objetividade, profissionalismo e compromisso com a transparência da gestão pública e em plena observância da normativa aplicável, trabalharão com o fim de dar legitimidade a esse processo.

Esta Guia “garante um processo ordenado baseado na lei e na transparência”, escreveu o chefe do Estado na sua conta de Twitter, após a reunião levada a cabo na Casa Presidencial. De acordo com a informação publicada no Sitio Web da Casa Presidencial, este documento e agregado aos primeiros alinhamentos para os informes que tudo o governo está redigindo, os quais respondem a diretrizes aprovadas o passado 7 de fevereiro pelo Conselho de Ministros. “A guia chegará aos chefes de todos os órgãos do Executivo para que, a partir dessa base, a informação necessária para a transição seja esvaziada, a que deve estar pronta nas datas que o CCR tiver estabelecido”, indicaram eles.

## Controladoria e Ministério de Finanças Públicas de Guatemala acordam fazer uso de Informes Eletrônicos sobre Transferências, Subsídios e Subvenções

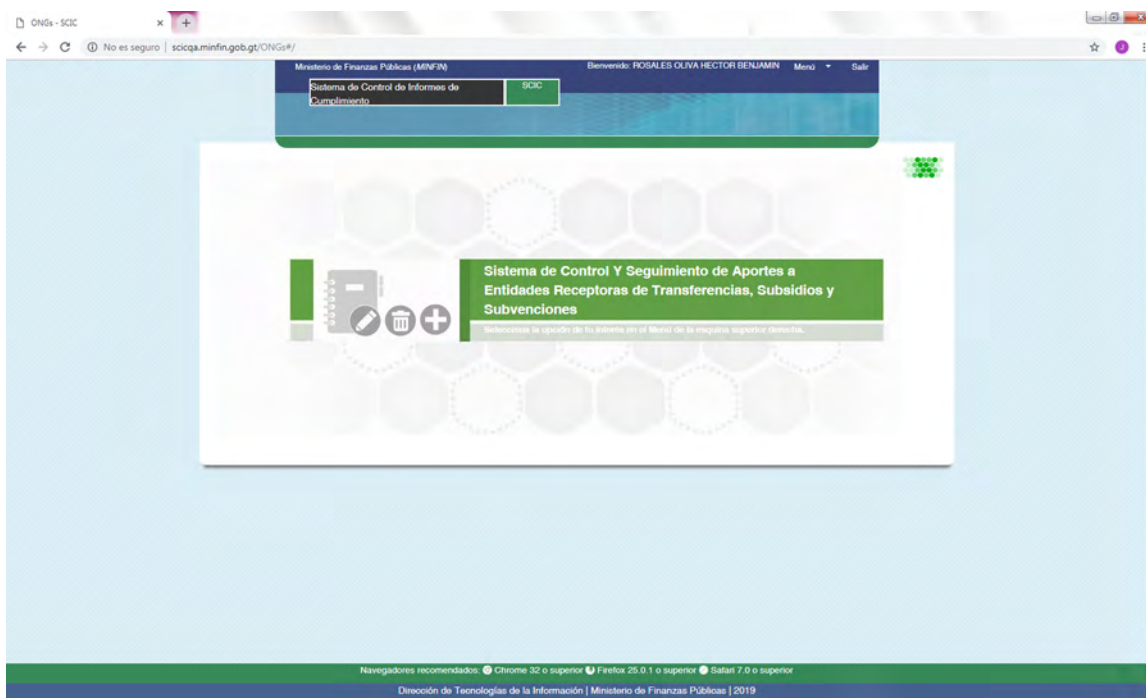
A Declaração de Buenos Aires da OLACEFS compromete as EFS a avançar no uso de ferramentas e procedimentos suportados nas novas tecnologias para o cumprimento de suas funções.

Neste quadro, a Controladoria Geral do Contas de Guatemala em aliança estratégica com o Ministério de Finanças Públicas, acordou fazer uso do novo “Sistema de ONG”, para receber em formato eletrônico os informes de avanço físico e financeiro que por lei devem remitir os entes receptores de transferências, subsídios e subvenções.

Esse sistema tem como objeto que as instancias receptoras apresentem os informes de avance físico e financeiro de forma eletrônica, cumprindo com o estabelecido em a normativa legal, facilitando de esta maneira a apresentação e entrega dos informes referidos. Além disso, é oferecida certeza sobre os dados gerais e pressupostos, toda vês que os obtém das plataformas informáticas da Superintendência de Administração Tributária (SAT, pela sua sigla em espanhol) e do Sistema de Contabilidade Integrada (SICOIN, pela sua sigla em espanhol).

A partir de 2019, o envio de informes em forma física é omitido, para contribuir para a sustentabilidade ambiental ao evitar o uso de papel e tinta, reduzindo custos e recursos.

10



## A Controladoria Geral de Contas da Guatemala (CGC) participa ativamente do 4º Plano de Ação Nacional Governamental Aberto 2018-2020



Lic. Fernando Fernández, Subcontrolador de Probidade, Responsável pelo Despacho, na Reunião de Lançamento do 4º. Plano de Ação Nacional para o Governo Aberto 2018-2020.

A CGC da Guatemala participa na Mesa Técnica do Governo Aberto, um fórum multisectorial no qual instituições públicas, organizações da sociedade civil, bem como entidades observadoras e cidadãos, estão representados. Durante o processo de co-criação do 4º Plano, foram acordados 12 eixos temáticos relacionados à Política Geral do Governo e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS):

1. Meio Ambiente, Recursos Naturais e Gestão de Riscos,
2. Educação
3. Fortalecimento Institucional em Segurança
4. Governo Eletrônico e Serviços Públicos Online
5. Governos Locais
6. Inovação na Gestão Pública
7. Investimento e Emprego
8. Mecanismos de Transparência e Anticorrupção
9. Proteção e Inclusão Social
10. Saúde, Segurança Alimentar e Nutricional
11. Transparência nos Processos Eleitorais
12. Transparência Fiscal, Compras e Contratação Pública

A CGC tem responsabilidade direta em 4 etapas dos 24 compromissos do Plano:

- Fortalecimento do sistema de prestação de contas dos governos locais
- Fortalecimento do Sistema de Probidade
- Execução de 5 auditorias de desempenho em conselhos eleitorais departamentais - processo eleitoral 2019
- Implementação de um programa de treinamento para valores éticos e integridade

## CCRD gradua terceira geração do Programa Jovens Auditores



12

A Câmara de Contas da República Dominicana (CCRD) concluiu a terceira edição do “Programa Jovens Auditores 2018”, com a graduação de 16 profissionais, formados das carreiras de Contabilidade, Direito, Engenharia Civil e Sistema, que completaram com sucesso a programação do mesmo, que teve como objetivo gerar novas capacidades por meio da integração e incorporação de novos talentos, contribuindo com o fortalecimento estratégico institucional.

Durante a cerimônia de graduação, o presidente da Câmara de Contas, Hugo Álvarez Pérez, afirmou que os jovens recém-formados têm um grande desafio como profissionais, ao mesmo tempo que informou que eles foram incorporados em diferentes áreas da entidade.

Esta iniciativa, desenvolvida através da Escola Nacional de Contas da CCRD, contou com o apoio da União Europeia e da Direção Geral de Cooperação Multilateral (Digecoom).

A cerimônia de graduação contou com a presença do presidente da CCRD, Hugo Álvarez Pérez; do vice-presidente, Pedro Ortiz; do secretário-membro do Conselho de Administração, Carlos Tejada; do membro do Plenário e Coordenador da Comissão da Escola Nacional de Contas, Félix Álvarez Rivera, e da integrante do Plenário, Margarita Melenciano Corporán, bem como do Chefe da Cooperação da União Europeia, José Izarra, em representação do embaixador, Gianluca Grippa; do diretor do Setor Social do Gabinete do Ordenador Nacional dos Fundos Europeus de Desenvolvimento, Ángel Paula, em representação do embaixador Antonio Vargas e dos funcionários da instituição.

## A CCRD conclui workshops sobre a legibilidade dos relatórios de auditoria e investigações especiais



13

A Câmara de Contas da República Dominicana (CCRD) concluiu um dia de workshops, realizados no enquadre do projeto “Melhorando o acesso à informação e Uso de produtos de controle governamental na América Latina e no Caribe”, com o objetivo de incentivar o uso de produtos de controle e melhorar a qualidade dos serviços públicos, além de promover o controle social do Estado e a participação cidadã.

Os workshops, coordenados pelo perito na área, Luis Fernando Velásquez, consistiram na participação ativa através de um diálogo construtivo entre os presentes, com o objetivo de ajudar a melhorar a compreensão dos relatórios que são preparados pela entidade controladora das auditorias e investigações especiais que são realizadas. Essas reuniões foram organizadas pela Câmara de Contas em coordenação com a Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (OLACEFS) e a ONG Acción Ciudadana Colombia, AC-Colômbia, com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Durante o dia, os participantes analisaram um relatório de uma investigação especial publicada no site institucional, do qual avaliaram a facilidade de compreensão do documento, a partir do qual formularam recomendações para o desenvolvimento de um desenho amigável dos referidos relatórios.

As reuniões contaram com a participação de representantes de organizações da sociedade civil, da Igreja, oficiais, comunicadores, estudantes e servidores da CCRD.

## Entidades de controle analisam as observações apresentadas no último relatório entregue ao Congresso Nacional pela CCRD



14

Os dirigentes da Câmara de Contas da República Dominicana (CCRD) realizaram uma reunião extraordinária com os membros do Tabela de Controle, onde analisaram as observações feitas no último Relatório sobre o Estado de Receitas e Investimentos das Rendas (ERIR), entregue pela entidade fiscalizadora ao Congresso Nacional, com o objetivo de traçar uma estratégia para superá-las e melhorar a apresentação das informações financeiras e orçamentais do país, a que será coletada na auditoria a ser realizada no ano fiscal correspondente ao ano de 2018.

Esta reunião buscou desenvolver consensualmente a construção de possíveis soluções para as observações identificadas pela CCRD, ação sem precedentes no país e com muito poucas na América Latina, o que demonstra a posição conciliadora dos membros da entidade controladora em contribuir na melhoria da gestão e exposição dos recursos públicos.

Como resultado do reencontro, surgiram acordos, ideias e ações, cuja implementação irá enriquecer a informação financeira e orçamental que é apresentada anualmente à população, através das respectivas demonstrações financeiras.

A reunião, coordenada pelo assessor técnico da entidade, Oscar Díaz, contou com a participação de autoridades e pessoal das Diretorias de Análise Orçamental e Auditoria da CCRD, das Direções-gerais de Alfândega, Impostos Internos, Crédito Público, Contabilidade Pública e o Ministério da Administração Pública.

## A ASF do México faz a terceira parcela do Relatório do Resultado do Controle Superior da Conta Pública de 2017



15

Em 20 de fevereiro, a Auditoria Superior da Federação (ASF) de México apresentou à Câmara dos Deputados os relatórios individuais correspondentes à terceira etapa, bem como o Relatório Executivo Geral sobre o controle superior da Conta Pública de 2017, o que complementa as entregas realizadas nos meses de junho e outubro de 2018. Por lei, o relatório é enviado ao Comitê Coordenador do Sistema Nacional Anticorrupção, de modo que seu conteúdo é um insumo relevante para a política anticorrupção do Estado mexicano.

Nessa ocasião, a ASF apresentou 653 relatórios individuais que, somados aos 344 realizados em junho e 678 em outubro de 2018, totalizaram 1.675 auditorias realizadas na Conta Pública 2017. Também, quatro auditorias foram realizadas, em decorrência de solicitações e reclamações sobre exercícios fiscais em andamento, ou anteriores.

Das 1.675 auditorias realizadas, 1.517 foram auditorias de conformidade financeira, 150 de desempenho e 8 avaliações de políticas públicas. Deste total, 67,4% foram destinadas a estados e municípios; 483 auditorias ao Poder Executivo, seis ao Poder Judiciário; três para o Poder Legislativo e 16 para órgãos constitucionalmente autônomos, que resultou num total de 475 entidades auditadas.

Os relatórios individuais fornecem aos cidadãos informações relevantes e concretas que lhes permitem entender o valor e os benefícios da auditoria governamental. Para mais referência, consulte <http://informe.asf.gob.mx/>

## A App Cidadã da ASF do México

No enquadre da Terceira Entrega de Relatórios Individuais e do Relatório Geral Executivo, realizada em 20 de fevereiro de 2019, no Congresso da União, Lic. David Rogelio Colmenares Páramo, Auditor Superior da Federação do México anunciou o lançamento da App Cidadã ASF.

Ele indicou que “esta aplicação para smartphones e dispositivos portáteis, permite de forma rápida, fácil e personalizada consultar as auditorias da ASF. É uma via de comunicação direta entre a ASF e os cidadãos”.

Esta ferramenta tecnológica permite a consulta, uso, reprodução e armazenamento de dados das auditorias realizadas na Conta Pública do México desde 2000.

A App permite o acesso a informações históricas de acordo com diferentes variáveis de pesquisa: conta pública, quantidade, tipos de auditorias realizadas e entidades auditadas. Inclui as observações e/ou ações promovidas, bem como o status dos procedimentos que mantêm.

Por meio de infográficos com um design simples, o mandato, o trabalho e a estrutura legal da entidade de auditoria mexicana são mostrados. Possui um cadastro dos servidores públicos da ASF e um glossário de termos que facilita a compactação das siglas e abreviaturas utilizadas nos relatórios. Permite fazer comentários, avaliar a consulta auditada e adicioná-la aos favoritos que o usuário define. Link para as redes sociais da ASF e transmissões ao vivo do Canal do Congresso.

Veja o tutorial em YouTube.

Disponível em: iOS e Android.



## Novo campus virtual na ASF do México

Em 28 de fevereiro de 2019, a Auditoria Superior da Federação do México iniciou o Programa de Treinamento anual com a novo Campus Virtual de Treinamento que está disponível na plataforma de desktop e aplicativo móvel.

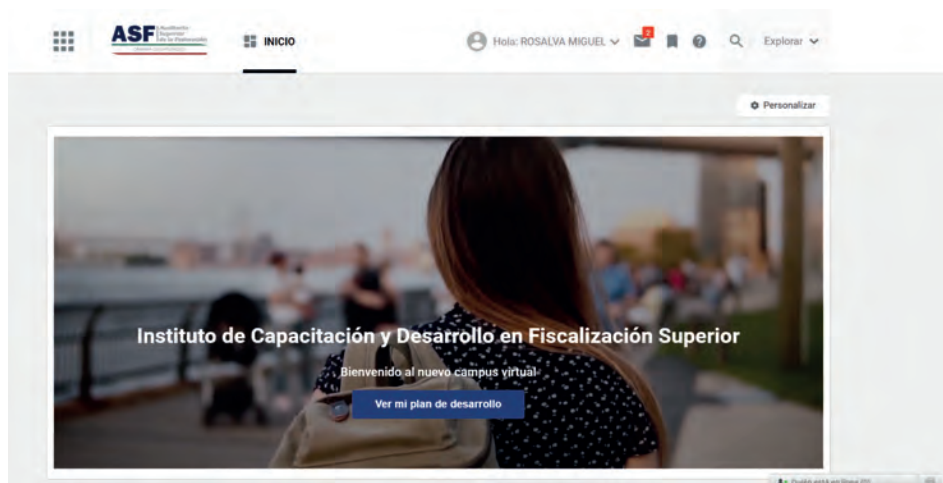
O Campus Virtual é o espaço criado para que os funcionários públicos fortaleçam suas habilidades técnicas e gerenciais por meio de treinamento e transferência de conhecimento.

É um campus aberto ao pessoal da ASF, da Associação Nacional dos Órgãos de Controle Superior e Controle Governamental, A.C. (ASOFIS), membros da OLACEFS e seus terceiros interessados. O acesso à plataforma é feito através do nome de usuário e senha.

Os benefícios do novo campus permitem uma maior cobertura do pessoal treinado, pois privilegia o uso de salas de aula virtuais e o acesso de qualquer equipamento conectado à internet.

Também conta com a TIM, o mentor inteligente, cuja principal tarefa é realizar com base nas preferências, perfis e necessidades de cada usuário cadastrado, sugestões e recomendações de treinamento.

Convidamos à comunidade OLACEFS a se inscrever para os cursos que, em coordenação com o Comitê de Criação de Capacidades, são ministrados pelo Auditoria Superior da Federação de México, damos as boas-vindas a você para usar este novo espaço para criação e capacitação.



### TIM, EL MENTOR INTELIGENTE

**Evaluar habilidades**

**Mis modelos a seguir**



**Hola, soy TIM, el mentor inteligente.**  
Puedo hacer recomendaciones basadas en lo que sé acerca de usted. Siga estos pasos en cualquier momento para hacerme más inteligente.  
**Comencemos...**

## CCC realiza o 2º Diagnóstico das Necessidades de Treinamento da OLACEFS

O Tribunal de Contas da União (TCU) do Brasil, no exercício da presidência do Comitê de Criação de Capacidades (CCC) da OLACEFS, realizou o 2º Diagnóstico das Necessidades de Treinamento, com o objetivo de subsidiar a elaboração do Plano de Formação 2019-2021.

Para este triênio, um modelo de diagnóstico semelhante ao anterior foi proposto, porém, com questionários adaptados para três públicos-alvo: funcionários, alta administração das EFS (nível institucional) e cooperadores. Os três questionários apresentaram uma lista de competências relacionadas ao processo de trabalho de auditoria, para as três áreas priorizadas pelas EFS no Diagnóstico 2016 (finanças públicas, compras e meio ambiente), para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), habilidades de liderança e gestão e competências pessoais.

A partir da análise das respostas dos questionários aplicados aos três públicos, cinco temas prioritários foram identificados para os quais as ações de formação devem ser orientadas, nomeadamente:

- Tecnologias em ações para controle
- ODS
- Ambiente
- Contratação Pública
- Finanças Públicas

Deve-se notar que neste segundo diagnóstico, o CCC teve a participação ativa de 20 SAF da OLACEFS, ou seja, 90 por cento das entidades membros da organização; de aproximadamente 1.500 funcionários das EFS, algo totalmente novo em nossa história de cooperação; além de agências de cooperação, como a Agência Alemã de Cooperação (GIZ), a Iniciativa de Desenvolvimento da INTOSAI (IDI) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Para um melhor entendimento e leitura do diagnóstico das necessidades de treinamento, foi elaborado um documento descrevendo todo o processo realizado, além de apresentar os resultados que impactaram na elaboração do novo Plano de Treinamento da OLACEFS. Este documento será compartilhado, em sua versão digital, durante a Reunião do Conselho de Diretores LXIX, em abril de 2019, em Lima.

Além disso, o Plano de Treinamento 2019-2021, que também inclui um resumo do relatório de diagnóstico, será compartilhado com as EFS e agências colaboradoras, nas versões digital e impressa, na mesma ocasião.

## Democracia e Controle do Estado Externo – A função das Entidades Fiscalizadoras Superiores

Neste ano, a Auditoria-Geral da Nação da República da Argentina comemora os seus 25 anos de reconhecimento Constitucional como um órgão de Controle do Estado Externo, cumprindo a sua missão de melhorar a eficiência e efetividade do Estado para o proveito da sociedade.

Neste sentido, continuaremos centrando nossos esforços no treinamento de nossos funcionários, na atualização de nossas normas de controle, na expansão de nosso campo de ação, na incorporação dos cidadãos aos planos das auditorias como parte do maior desafio de aggiornar nossa organização para os novos paradigmas, onde os cidadãos têm maior interesse na performance do governo em matérias ambientais, no uso dos recursos energéticos, infância, senilidade e gênero, enquanto eles expressam seu desconformidade nas redes sociais e pedem forçosamente o controle da coisa pública. [1]

De acordo com o plano operativo deste ano, a AGN levará a cabo 464 Auditorias em diferentes áreas e programas do governo. A verificação dos Objetivos de Desenvolvimento sustentável (ODS); o controle do tratamento das águas do ri maior poluído da Argentina (Riachuelo) na província de Buenos Aires, a gestão do transporte públicos de passageiros citadinos e semiurbano, a atenção da saúde pública, educação, construção de moradas e escolas serão o objetivo dos trabalhos do controle externo do governo que levará esta Autoria-Geral.

Á frente da reclamação de transparência, nós assumimos o desafio de facilitar a comunicação nossos relatórios de auditoria para que sejam de fácil compreensão para todos os setores da população. O verdadeiro controle acontece quando as pessoas tem a informação nas suas mãos, e para isso eles precisam de ter uma informação veraz e acessível, isso é a função da AGN.



### CONSTITUIÇÃO NACIONAL DA REPÚBLICA ARGENTINA

#### Sexto capítulo

#### Da Auditoria Geral da Nação (Artigo 85)

O controle externo do setor público nacional em seus aspectos patrimoniais, econômicos, financeiros e operacionais será uma atribuição do Poder Legislativo. O exame e a opinião do Poder Legislativo sobre o desempenho e a situação geral da Administração Pública serão apoiados nos pareceres da Auditoria Geral da Nação.

Este organismo de asistencia técnica del Congreso, con autonomía funcional, se integrará del modo que establezca la ley que reglamenta su creación y funcionamiento, que deberá ser aprobada por mayoría absoluta de los miembros de cada Cámara. Actualmente se encuentra vigente la Ley Nacional 24.156 que regula el mandato de la Auditoría General.

O presidente do órgão será nomeado por proposta do partido político da oposição com o maior número de parlamentares no Congresso. Ele será responsável pelo controle da legalidade, gestão e auditoria de toda a atividade da Administração Pública centralizada e descentralizada, independentemente do tipo de organização, e das demais funções que a lei lhe outorga. Ele necessariamente irá intervir no processo de aprovação ou rejeição das contas de percepção e investimento de fundos públicos.

## Controladoria Geral da República do Peru promove a reativação das obras públicas paralisadas

No atendimento das demandas da população observadas no Peru, a Controladoria Geral apresentou um projeto de Lei ao Congresso da República que propõe a reativação de importantes obras públicas e projetos que estão paralisados, adiando a atenção das necessidades mais básicas da população.

Esta iniciativa legal fomenta, de preferência, a reativação das obras que tem um adiantamento físico maior ao 80% e que se encontram nos setores de saúde, educação, saneamento, irrigação, agricultura, transporte, e para a prevenção de catástrofes.

### Panorama

De acordo com um estudo exploratório da Controladoria Geral, no país existem 867 obras públicas ou projetos paralisados, que representam um investimento maior aos S/ 16 mil milhões, os mesmos que não foram terminados principalmente por arbitramento, descumprimento contratuais, limitações orçamentais, entre outros.

Isto é um problema social evidenciado pela Controladoria peruana durante as jornadas laborais que se realizem nas regionais e províncias do país. Nesses lugares muitas obras públicas foram observadas como hospitais, centros de saúde, escolas, obras de água potável y saneamento. Todas elas estão inacabadas e paralisadas. A nível do governo nacional são 495 obras paralisadas, em quanto que a nível dos governos regionais há 372 obras que estão na mesma situação.

20



## Operativos da Controladoria Geral da República do Peru continuam



21

As atividades de controle da Controladoria Geral do Peru continuam e durante os primeiros meses do 2019 já se realizaram três importantes operativos a nível nacional.

Na última semana de janeiro levou-se a cabo o operativo “Por uma Cidade Limpa e Saudável” para verificar o serviço de colheita de lixo tóxico a cargo das novas gestões municipais de todo o Peru. Um total de 1,448 auditores encargaram-se de verificar o trabalho de colheita de transporte e disposição final dos lixos tóxicos em 697 municipalidade de nível provincial e distrital.

Seguidamente, a Controladoria iniciou operativo “Bon começo do ano escolar 2019” para fins de fevereiro, onde 2,968 instituições educativas das 25 regiões do país foram supervisionadas para verificar que o serviço nas escolas públicas dos níveis de Educação Primária e Secundária seja oferecido de acordo a norma educativa em vigor. Cerca de 860 representantes da Controladoria realizaram os trabalhos de supervisão.

Em março, a Controladoria começou operativo nacional “Transferência de Gestão e o adequado começo das funções nos Governos Regionais e Locais”, onde se mobilizaram mais de 300 auditores para verificar si as ex-autoridades dos governos regionais, locais e provinciais cumpriram com a realização da transferência da gestão administrativa de seus respectivas gestões para as novas autoridades.

## Entidades Fiscalizadoras de El Salvador e do Equador firmam Convênio de Cooperação Técnica



O presidente do Tribunal de Contas da República de El Salvador, Carmen Elena Rivas Landaverde, e o Controlador Geral do Estado de Equador, Dr. Pablo Celi de la Torre, firmaram o Convênio de Cooperação Técnica entre ambas Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS). O Convênio, firmado em fevereiro, tem como objetivo a promover as relações de cooperação técnica entre as duas EFS, com o fim de enriquecer e desenvolver as atividades de auditoria externa, através dos projetos ou programas de ação concebidos para o efeito.

Para apoiar o fortalecimento contínuo em termos de capacidade, conhecimento, normas e processos, será facilitada a colaboração e o intercâmbio de ideias e informações. Para o efeito, as partes poderão organizar programas de estudo, treinamento e/ou intercâmbio técnico, com a finalidade de analisar conjuntamente questões relacionadas à auditoria superior e/ou auditoria. As partes podem proceder a novas consultas e cooperar noutras áreas de interesse mútuo, através do intercâmbio de experiências com especialistas, na realização de diagnósticos, seminários e conferências sobre questões relevantes relacionadas com o controle governamental.

O presente Convênio entrará em vigor na data da sua assinatura e permanecerá em vigor por tempo indeterminado, salvo se uma das Partes manifestar por escrito, com um mês de antecedência, a sua intenção de rescindir o convenio. Foi manifestado um interesse permanente em trabalhar em conjunto para o desenvolvimento das relações bilaterais de cooperação, o intercâmbio de informações, conhecimentos e experiências profissionais.

## Seminário Internacional de Tribunais de Contas e Controle Público

Durante os 21 e 22 de fevereiro de 2019, a Controladoria-Geral do Estado do Equador realizou o Seminário Internacional de Tribunais de Contas e Controle Público. Este evento foi inaugurado no Palácio de Najas do Ministério de Relações Exteriores e Mobilidade Humana, pôr o presidente da República, Licenciado, Lenin Moreno Garcés. No referido ato, o Dr. Pablo Celi de la Torre, Controlador Geral do Estado destacou a importância do diálogo e socialização das funções de um tribunal de contas. Finalmente, interveio o Dr. Julio César Trujillo, presidente do Conselho de Participação Cidadão e Controle Social, que asseverou que o Seminário Internacional deveria permitir o feedback do Projeto de Lei para um Tribunal de Contas equatoriano e solicitou o apoio da comunidade internacional para este processo.

Inaugurado o Seminário, os convidados e participantes assistiram ao Auditório da Universidade Andina Simon Bolívar, local onde os painéis foram desenvolvidos.

Além disso, Carmen Rivas, Presidente do Tribunal de Contas de El Salvador; Roy Pineda, Magistrado Presidente do Tribunal Superior de Contas de Honduras; Susana Díaz, Presidente do Tribunal de Contas da República Oriental do Uruguai; Hugo Francisco Álvarez, Presidente da Câmara de Contas da República Dominicana; Jesús Rodríguez, Auditor Geral da Nação Argentina; Marcos Bemquerer, Ministro do Tribunal de Contas da União do Brasil; e Heladio Ramírez Pineda, Diretor Geral Jurídico da Auditoria Superior da Federação do México.

A presença do bloco latino-americano teve um grande impacto no desenvolvimento do evento, indicando a importância das funções de um órgão colegial profissional e seu impacto nas democracias da América Latina.

## Assinatura de Convênios de Cooperação Técnica

No enquadre do Evento, assinaram-se acordos de cooperação técnica entre a CEM e os seguintes Organismos de controle:

- Tribunal de Contas da República Oriental do Uruguai
- Câmara de Contas da República Dominicana
- Tribunal Superior de Contas da República de Honduras
- Tribunal de Contas da República de El Salvador.

# COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Os objetivos desses convênios são promover relações de cooperação técnica para fortalecer o desenvolvimento de atividades de controle externo por meio de projetos e programas; organizar conjuntamente programas de estudo e/ou treinamento com o objetivo de contribuir para o fortalecimento contínuo das capacidades, conhecimentos, normas e processos, bem como analisar questões relacionadas com o controle/ou auditoria.

Da mesma forma, procura-se promover a troca de informações a fim de conhecer a estrutura dos Cortes e Tribunais de Contas, particularmente no que se refere à sua função jurisdicional, considerando que a Controladoria-Geral do Estado apresentou um projeto de lei para se estruturar como Tribunal de Contas com Função Jurisdicional.



## Curso de Moderadores IntoSAINT na Organização das Entidades Fiscalizadoras Superiores do Caribe (CAROSAI)



25

O primeiro curso de formação regional para moderadores da IntoSAINT na CAROSAI foi realizado de 4 a 5 de fevereiro de 2019, em Kingston, Jamaica. Este treinamento foi ministrado pelo Auditoria Superior de la Federación (ASF) do México, na qualidade de Presidente do Grupo de Projeto IntoSAINT Meta 2 da INTOSAI.

Neste projeto de treinamento, foram certificados 19 funcionários públicos de 19 EFS membros da CAROSAI, a saber: Anguila, Antígua e Barbuda, Baamas, Barbados, Bermudas, Ilhas Virgens Britânicas, Ilhas Caimão, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, Monserrate, São Cristóvão e Neves, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trindade e Tobago, Ilhas Turcas e Caicos. Espera-se que esses funcionários, recém-certificados no modelo de integridade da INTOSAI, realizem Autoavaliações de integridade nas EFS membros da CAROSAI, bem como nas instituições do setor público da região.

Vale ressaltar que este mesmo curso foi implementado em duas ocasiões no OLACEFS, no âmbito das atividades da Comissão Técnica de Práticas de Boa Governança. Para mais informação sobre a implementação global e regional desta ferramenta, consulte a ASF do México, líder do projeto no OLACEFS e responsável pela sua promoção a nível global, para o seguinte endereço: [IntoSAINT@asf.gob.mx](mailto:IntoSAINT@asf.gob.mx).

## Curso de Moderadores IntoSAINT na Associação de Entidades Fiscalizadoras Superiores do Pacífico (PASAI)



26

O primeiro curso regional para a formação de moderadores IntoSAINT no PASAI foi realizado de 21 de janeiro a 8 de fevereiro de 2019 no seu modo virtual, e nos dias 18 e 19 de fevereiro de 2019 na sua fase presencial, em Wellington, Nova Zelândia. Este curso foi inspirado na experiência IntoSAINT que teve lugar no OLACEFS em 2013 e recentemente em 2018. Este treinamento em PASAI foi ministrada pelo Auditoria Superior da Federação (ASF) do México, na sua qualidade de presidente do Grupo de Projeto Meta 2 IntoSAINT da INTOSAI.

Neste curso, 11 funcionários públicos procedente de quatro EFS membros da PASAI foram certificados, a saber: Austrália, Ilhas Cook, Nova Zelândia e Samoa. Espera-se que esses funcionários, recém-certificados, realizem Autoavaliações de integridade nas EFS membros da PASAI, bem como nas instituições do setor público da região.

Com este projeto de treinamento, atualmente, todas as organizações regionais da INTOSAI têm moderadores certificados nesta metodologia de avaliação, incluindo a OLACEFS, onde a ferramenta IntoSAINT é promovida pela Comissão Técnica de Boas Práticas de Governança (CTPBG). Para mais informação sobre a implementação global e regional desta ferramenta, consulte a ASF do México, líder do projeto na OLACEFS e responsável pela sua promoção a nível global, para o seguinte endereço: [IntoSAINT@asf.gob.mx](mailto:IntoSAINT@asf.gob.mx).

## Melhorar os resultados do IDIGI-EFS: DESAFIO DAS EFS EM 2019

Luis Fernando Velásquez Leal  
Diretor Executivo AC-Colombia (1)  
Consultor CTPBG



Oficina de Validação Regional "Fatores endógenos e exógenos que determinam a disponibilidade da informação, a legibilidade, o impacto das estratégias de comunicação e o uso de produtos de fiscalização. Santiago de Chile, 13 e 14 de março de 2019.

27

Um dos desafios enfrentados pelas Instituições Superiores de Auditoria da América Latina e do Caribe em 2019 será melhorar os resultados do Índice de Disponibilidade de Informações aos Cidadãos sobre a Gestão Institucional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (IDIGI-EFS), (2) cuja média regional em 2017 foi de 51 pontos. Essa medição impôs novos desafios para divulgar o escopo, os resultados e os impactos do trabalho de fiscalização na vida dos cidadãos. Por um lado, continuar no processo de melhoria para cumprir integralmente os padrões de disponibilidade de informação estabelecidos na XXIV Assembleia Geral da OLACEFS em 2014, e por outro lado, inovar no desenvolvimento de estratégias de acesso e promoção do uso de produtos de fiscalização.

Em resposta a esses desafios, a OLACEFS, através de sua Comissão Técnica de Boas Práticas de Governança - CTPBG, vem promovendo, com o Co financiamento do BID, um processo de

(1) O autor é Diretor Executivo da AC-Colômbia, uma organização civil com mais de 20 anos de experiência no desenvolvimento de estratégias para melhorar a qualidade do controle institucional através da promoção da participação cidadã. [www.ac-colombia.net](http://www.ac-colombia.net)

(2) Disponível em: [http://www.olacefs.com/wp-content/uploads/2017/11/IDIGI-EFS2017\\_informeCompleto.pdf](http://www.olacefs.com/wp-content/uploads/2017/11/IDIGI-EFS2017_informeCompleto.pdf)

de capacitação, com o acompanhamento da Corporação Ação Cidadão Colômbia - AC-Colômbia,(3) em diferentes etapas:

1. Identificação dos fatores internos e externos que determinaram os resultados do IDIGI-EFS em 2017.
2. Acompanhamento das EFS para aumentar os resultados da avaliação intercalar realizada em 2018.
3. Desenvolvimento de um diagnóstico da área de comunicação das EFS.
4. Desenho e desenvolvimento de um teste piloto aplicado nas EFS da Argentina, Chile, Peru e República Dominicana para testar a facilidade de leitura e compreensão dos produtos de fiscalização por diferentes públicos.
5. Concepção e aplicação de um teste heurístico para estabelecer o grau de acessibilidade, navegabilidade e usabilidade dos portais institucionais, e finalmente,
6. Realização de um encontro regional com os responsáveis das respectivas áreas de comunicação das EFS membros da OLACEFS, com o objetivo de construir uma estratégia de comunicação regional orientada para o reconhecimento do trabalho e dos benefícios do controle na vida dos cidadãos e na melhoria dos serviços do governo.

Durante este processo de acompanhamento, foram feitos os seguintes avanços:

**1. Fatores internos e externos que determinaram os resultados do IDIGI-EFS em 2017.** Com base em uma consulta com todas as EFS, esta etapa investigou a utilidade do instrumento IDIGI-EFS para o desenho de estratégias de acesso e disponibilidade de informação institucional, bem como fatores normativos, tecnológicos e processuais.

Com base nas contribuições das EFS da Argentina, Belize, Costa Rica, Chile, Equador, Guatemala, Honduras, Porto Rico, República Dominicana e Venezuela, destacam-se, por ordem de importância, os seguintes fatores internos que determinaram os resultados: a. As adaptações internas relacionadas com a mudança de pessoal; b. A reorganização ou redesenho dos portais institucionais; c. As escassas estratégias internas de divulgação dos resultados do IDIGI-EFS 2017; d. A falta de pessoal; e f. A dificuldade de ligar os principais intervenientes internos no processo de validação dos resultados preliminares.

Ao mesmo tempo, as EFS participantes expressaram como pontos fortes da ferramenta IDIGI o seguinte: a. Permite definir planos de melhoria em termos de disponibilidade de informação e responsabilidade; b. Permite uma avaliação contínua e sistemática da disponibilidade de informação aos cidadãos; c. Facilita a implementação de boas práticas; d. Torna visível a liderança das EFS na promoção da boa governação e e. Garante a aplicabilidade das categorias de análise propostas.

---

(3) Este acompanhamento é realizado ao abrigo do Acordo-Quadro de Cooperação entre a OLACEFS e a Corporação. Disponível em: [http://www.olacefs.com/wp-content/uploads/2018/05/13-ADENDA-CONVENIO-OLACEFS-AC-Colombia\\_7-de-mayo2018.pdf](http://www.olacefs.com/wp-content/uploads/2018/05/13-ADENDA-CONVENIO-OLACEFS-AC-Colombia_7-de-mayo2018.pdf)

As EFS apreciaram especialmente o fato de o IDIGI-EFS ser uma ferramenta de revisão externa com uma visão do cidadão sobre a disponibilidade de informação.

Em relação aos fatores externos que determinaram os resultados, destacam-se, por ordem de importância, os seguintes: a. O sistema legal e normativo que, na maioria dos casos, facilita a disponibilidade da informação e exige que as instituições do Estado garantam o direito de acesso à informação. b. A ausência de políticas de transparência e governo aberto; e c. A crise política e institucional.

**2. Acompanhamento às EFS para a avaliação intermédia do IDIGI-EFS 2018.** Essa etapa permitiu compartilhar os resultados e recomendações de melhoria propostos pelo IDIGI-EFS 2017 para cada um dos países membros plenos da OLACEFS e a realização de videoconferências e consultorias virtuais que facilitaram o compartilhamento de boas práticas em termos de relato de informações de acordo com os padrões da metodologia proposta por este Índice. Esse processo de acompanhamento foi realizado a pedido das EFS da Argentina, Belize, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Paraguai e Porto Rico, em resposta à proposta apresentada pelo CTPBG.

Esse acompanhamento facilitou a formação de grupos de trabalho interdisciplinares dentro das EFS de diferentes áreas e dependências que envolveram os escritórios de planejamento, comunicação, acesso à informação, participação cidadã e, em alguns casos, tecnologias de informação e comunicação, que prepararam conjuntamente suas estratégias para a medição intermediária do IDIGI-EFS em 2018.

A esse respeito, cabe destacar os importantes avanços na disponibilidade da informação registrada nos resultados do IDIGI-EFS 2018, onde a média regional de 51 pontos obtidos em 2017 passou para 66 pontos em 2018, mostrando um avanço regional de 15 pontos do IDIGI-EFS.

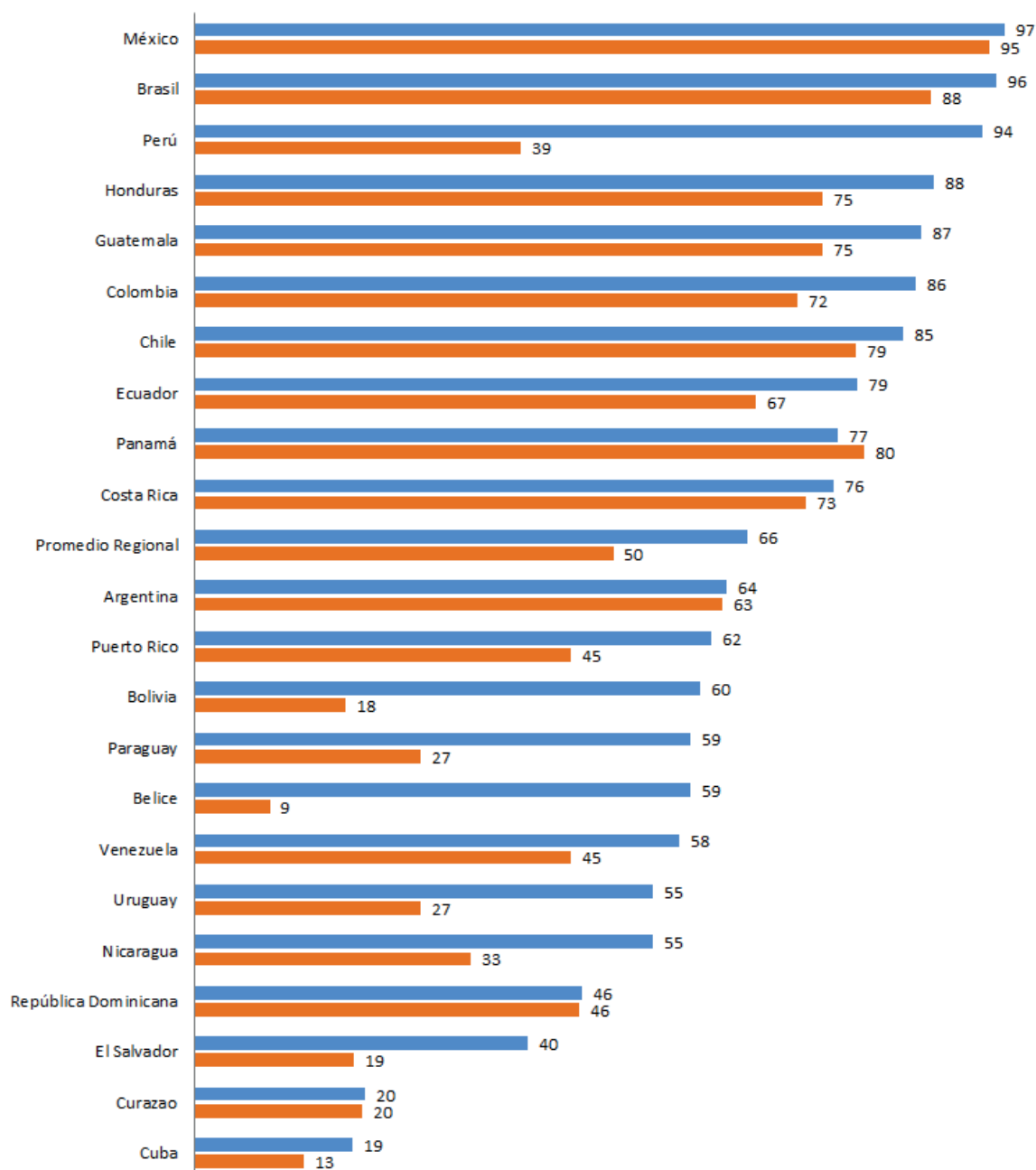
As EFS do Peru com um aumento de 55 pontos em relação aos resultados de 2017, Belize com um aumento de 50 pontos, Bolívia com 41 pontos, Paraguai com 32 pontos e Uruguai com 28 pontos, o que reflete a possibilidade de alcançar melhorias importantes em termos de disponibilidade de informação em um curto tempo.

Da mesma forma, registou-se que, enquanto em 2017, 12 EFS estavam no nível baixo do IDIGI-EFS, em 2018 apenas 4 estão nesta condição; de 3 EFS que estavam no nível médio de disponibilidade de informação em 2017, em 2018 há 9 entidades que compõem este grupo; e enquanto em 2017 apenas uma EFS estava no nível ótimo, em 2018 este grupo aumentou para 3.

Atualmente, as EFS da região estão trabalhando na implementação das recomendações de melhoria em relação aos resultados da medição intermediária IDIGI-EFS 2018 com o objetivo de melhorar seus níveis de disponibilidade de informações com vistas à medição do IDIGI-EFS em 2019.

## Comparativo regional IDIGI EFS RANKIN 2017-2018

■ 2018 ■ 2017



**3. Diagnóstico das áreas de comunicação EFS.** Esta fase começou por considerar que uma comunicação fluida, clara e permanente com os cidadãos e outras partes interessadas contribui para uma melhor compreensão do rol das EFS e para a promoção e utilização dos seus diferentes relatórios.

Nesse sentido, o diagnóstico abordou um processo de consulta direta com os responsáveis das áreas de comunicação das EFS da Argentina, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Paraguai, Peru, Porto Rico e República Dominicana, através de uma pesquisa online e entrevistas semiestruturadas para identificar pontos fortes e boas práticas nos níveis organizacional e funcional; formas e meios pelos quais procuram alcançar seus públicos-alvo; os produtos gerados e as oportunidades de melhoria.

Embora exista um vasto leque de formas organizacionais e funcionais em que operam as diferentes áreas de comunicação das EFS, ficou claro que existem boas práticas que podem ser partilhadas para melhorar as estratégias organizacionais e de comunicação, tanto interna como externamente, e que são referências para as EFS que ainda não têm áreas especializadas nesta matéria.

Algumas das boas práticas identificadas a nível organizacional são o apoio das mais altas autoridades das EFS na concepção e implementação das políticas de comunicação, a formação de equipas de trabalho com conhecimentos especializados no domínio das comunicações, a utilização de metodologias e ferramentas para a gestão do ambiente e a utilização das novas tecnologias de informação.

A nível funcional, destacou-se a geração de informação em cadeia para todas as plataformas de comunicação, a utilização de espaços públicos para campanhas especiais, a treinamento de jornalistas e atores interessados no trabalho institucional das EFS, os resumos das fichas dos produtos de controle e a relação direta com os formadores de opinião.

Em termos de promoção da imagem institucional, destacam-se: a publicação de produtos de auditoria de fácil compreensão, a resposta atempada nas redes sociais, a implementação de políticas de dados abertos, a atualização permanente dos portais institucionais e a publicação das reuniões das mais altas autoridades da EFS, entre outras práticas.

Finalmente, em relação aos produtos comunicativos, destacam-se os seguintes: boletins amigáveis, vídeos e infográficos de relatórios de auditoria, resumos semanais de vídeos de gestão institucional e minidocumentários, entre outros.

**4. Concepção e aplicação de testes de facilidade de leitura e compreensão dos produtos de controle.** Essa etapa foi orientada para a construção de um modelo de avaliação para testar a facilidade de leitura e compreensão de produtos de controle, que se baseou em experiências internacionais de linguagem clara, no uso de metodologias quantitativas e

qualitativas de legibilidade aplicadas aos setores de saúde e educação e na revisão das propostas de padrões internacionais de clareza na linguagem atualmente promovidas pela Clarity International (4).

O teste concebido considerou vários componentes, como a análise da legibilidade linguística padrão para espanhol com base na escala de legibilidade Fernández-Huertas; uma avaliação quantitativa realizada pela equipe técnica do projeto, que aborda aspectos como a estrutura do documento, os elementos gramaticais que afetam a compreensão, o uso de termos técnicos, linguagem abstrata, e o uso de recursos gráficos, tipográficos e de concepção, entre outros.

Do mesmo modo, foi realizado um exercício de leitura e compreensão com um público diverso, incluindo funcionários das entidades auditadas, legisladores, acadêmicos, cidadãos, jornalistas e mídia, representantes de organizações civis, estudantes do ensino médio e universitários, além de auditores. Esta atividade foi realizada entre 268 pessoas das EFS da Argentina, Chile, Peru e República Dominicana, que avaliaram documentos como: Plano de Auditoria, Relatórios Especiais, Relatórios de Auditoria e Relatórios de Gestão. Finalmente, foi realizada uma análise da equipe de avaliação que integra os diferentes componentes do teste.

O desenvolvimento do teste permitiu formular recomendações para melhorar os documentos avaliados e para facilitar a concepção de estratégias para reformular os conteúdos em uma linguagem simples, bem como para identificar boas práticas regionais que facilitam a leitura e compreensão dos produtos de controle.

32

**5. Concepção e aplicação de testes heurísticos.** Esta etapa foi orientada para a construção de um modelo de avaliação dos portais institucionais que permitiu verificar a acessibilidade, usabilidade e navegabilidade dos sites web(5). O trabalho foi baseado nos padrões internacionais estabelecidos nas Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo WEB – Web Content Accessibility Guidelines -WCAG 2.1 publicadas pelo W3C(4), a principal organização mundial de padrões de Internet; nos estudos técnicos produzidos por Jakob Nielsen, Olga Carreras e Yusef Hassan; nos Modelos de Gestão de Acessibilidade de diferentes países da região, incluindo Colômbia e República Dominicana, e em vários testes padrão de usuário, entre outros.

---

(4) A Clarity é uma organização internacional que promove uma linguagem simples. Para mais informações acesse: <http://clarity-international.net/>

(5) O termo Acessibilidade refere-se à capacidade de acessar a web e seu conteúdo por todas as pessoas, independentemente de qualquer condição de deficiência; Usabilidade é a clareza e elegância com que um site é projetado sob os critérios de velocidade, simplicidade e facilidade de pesquisa; Navegabilidade refere-se a facilidade com que o usuário pode percorrer todas as páginas do site, de modo que o usuário pode identificar a qualquer momento onde o portal está localizado, que lugares ele tem visitado, e onde ele pode ir.

(6) O W3C ou World Wide Web Consortium (W3C) é uma comunidade internacional que trabalha há mais de 30 anos na criação de padrões internacionais para otimização da web. Para mais informações consulte: <https://www.w3.org/Consortium/>

A avaliação é composta de uma pesquisa dirigida aos administradores dos portais das EFS para investigar a existência de políticas institucionais para o desenho de suas páginas e atualização de informações, bem como uma avaliação heurística que abordou aspectos como identidade e informação, linguagem e redação, rotulagem, estrutura e navegação, distribuição de imagens na página, sistemas de busca, elementos multimídia, ajuda, acessibilidade e controle e feedback, que é complementada com testes de usuário.

A aplicação do teste foi realizada nas EFS da Argentina, Chile, Peru e República Dominicana e está em processo de validação com as demais EFS membros da OLACEFS.

**6. Encontro regional com os responsáveis da área de comunicação.** Finalmente, como parte da estratégia de capacitação para melhorar o acesso à informação e o uso de produtos de controle, realizou-se nos dias 13 e 14 de março uma jornada de intercâmbio de boas práticas, com a participação das EFS da Argentina, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Porto Rico, República Dominicana e Uruguai, validar os resultados obtidos durante o processo de acompanhamento e inovar no desenho de um Plano de Ação para as áreas de comunicação baseado em procedimentos, planos, protocolos operacionais, sistematização e disseminação de informações através do uso de novas tecnologias de informação, de acordo com a missão e visão institucional, bem como o desenvolvimento de produtos de inspeção oportunos, claros e de fácil compreensão para diferentes públicos interessados.

Com base no exposto acima, pode-se afirmar que existem condições para que as EFS façam uso das ferramentas construídas durante este processo de acompanhamento e para melhorar suas estratégias de comunicação, de modo que os cidadãos e partes interessadas possam ter melhores níveis de disponibilidade de informações sobre o controle da gestão institucional, de fácil leitura, compreensão e uso. Esperamos que os resultados da medição do IDIGI-EFS em 2019 excedam em muito o esforço feito pelas EFS. Sucessos no seu processo de melhoria.

## Fórum Mundial sobre Anticorrupção e Integridade da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) 2019

O Fórum Global 2019 sobre Anticorrupção e Integridade da OCDE foi realizado de 20 a 21 de março de 2019 no Centro de Conferências da OCDE em Paris, França. Este fórum tem como objetivo analisar os riscos e oportunidades das novas tecnologias anticorrupção e de integridade. Além disso, foram apresentados novos conhecimentos relacionados com o comércio, o suborno externo, a concorrência, a governação local, a educação e a cooperação para o desenvolvimento.

## Aliança de Auditores da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)

Em 22 de Março de 2019, realizou-se a segunda reunião da Aliança de Auditores da OCDE, que é um fórum de auditores internos e externos do sector público, cujo objetivo é compartilhar boas práticas de controle. O objetivo de longo prazo desta parceria é promover uma parceria focada e a cooperação entre auditores de entidades fiscalizadoras. A Aliança de Auditores tem atualmente mais de 500 membros de 200 entidades fiscalizadoras em mais de 75 países.

## Lima receberá a Reunião LXIX do Conselho de Administração da OLACEFS

No dia 12 de abril deste ano, a cidade de Lima será sede da XIX Reunião Ordinária do Conselho Diretoria da Organização Latino-Americana e Caribenha de Entidades Fiscalizadoras Superiores - OLACEFS. Além disso, será realizada uma reunião entre as equipas técnicas no dia 11 de abril.

O evento é organizado pela Controladoria-Geral da República do Peru, que exerce a Presidência da OLACEFS para o triênio 2019-2021, e contará com a participação da Secretaria Executiva (EFS Chile) e das demais Entidades Fiscalizadoras Superiores de Assessores: EFS Bolívia, EFS Argentina, EFS Uruguai e EFS El Salvador. Assim como os representantes das presidências dos órgãos técnicos da OLACEFS e GIZ.

Para que os pareceres de todos os membros titulares da OLACEFS sejam ouvidos, a Presidência alargou o convite aos membros titulares da organização, por via da integração, por via da integração, tendo em conta e respeitando as funções do órgão diretivo, em conformidade com a Carta da Organização Regional e o seu regulamento interno. A Reunião Ordinária do Conselho Diretivo da OLACEFS é um dos eventos mais importantes do ano dentro da organização, em que novas propostas são apresentadas em favor das EFS membros, promovendo um espaço de intercâmbio de experiências e iniciativas de desenvolvimento para a Região.



# Cooperando

## Boletim Informativo da Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores

**OLACEFS**

ORGANIZACIÓN LATINOAMERICANA Y DEL CARIBE  
DE ENTIDADES FISCALIZADORAS SUPERIORES



**PublicacionesOLACEFS@contraloria.gob.pe**

**Twitter: @OLACEFS\_oficial**

**Facebook: @olacefs**

**Instagram: @olacefs**

**YouTube: /OLACEFScom**

**Lima, Peru**